



**INSTITUTO
FEDERAL**
Paraíba

Campus
Cabedelo

Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Campus Cabedelo

Pós-Graduação em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT)

**Práticas docentes na EPT: perspectivas no processo de
inclusão e uso de materiais didáticos.**

Leonardo de Sousa Santos

Cabedelo, PB
Dezembro / 2023



Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Campus Cabedelo
Pós-Graduação em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (DocentEPT)

Práticas docentes na EPT: perspectivas no processo de inclusão e uso de materiais didáticos.

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica.

Leonardo de Sousa Santos

Orientadora: Maria das Neves Lisboa

Cabedelo, PB
Dezembro / 2023

S237p Santos, Leonardo de Sousa.

Práticas docentes na EPT: perspectivas no processo de inclusão e uso de materiais didáticos. /Leonardo de Sousa Santos. - Cabedelo, 2023.

19 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.

Orientadora: Maria das Neves Lisboa.

1. Educação inclusiva. 2. Educação profissional. 3. Práticas docentes.

I. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

LEONARDO DE SOUSA SANTOS

Práticas docentes da EPT: Perspectivas no processo de inclusão e uso de materiais didáticos

Trabalho de conclusão de curso elaborado como requisito parcial avaliativo para a obtenção do título de especialista no curso de Especialização em Docência EPT, campus Cabedelo, e aprovado pela banca examinadora.

Cabedelo, 28 de Dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Maria das Neves de Araújo Lisboa (Orientadora)
Instituto Federal da Paraíba – IFPB



Prof. Esp. Dyêgo Ferreira da Silva
Instituto Federal da Paraíba – IFPB



Documento assinado digitalmente
SERGIO SEVERO DO NASCIMENTO
Data: 28/12/2023 18:50:32-0300
Verifique em <https://validar.itb.gov.br>

Prof. Esp. Sérgio Severo do Nascimento
Instituto Federal da Paraíba – IFPB

Práticas docentes na EPT: perspectivas no processo de inclusão e uso de materiais didáticos.

In Teaching practices in EPT: perspectives on the process of inclusion and use of teaching materials.

Leonardo de Sousa Santos*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo trazer diálogos de forma reflexiva a educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica tendo em vista os obstáculos e os desafios existentes nesse cenário de formação. Também o presente artigo é refletir sobre os alunos com necessidades especiais que têm os seus direitos estabelecidos por lei. A Lei nº 9394/ 96 garanti os direitos sobre educação especial. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que contou com autores como PAULA (2006). Contribuíram sobremaneira com essa pesquisa, autores como: MAZZOTA (2005), MACHADO (2008), OLIVEIRA (2003). Para a análise do conteúdo dessas obras, contou-se com a teoria de análise de conteúdo de FERREIRA (1996), particularizando elementos como: finalidade, conceituação e organização de cada mecanismo de participação. Como principais resultados obtidos tem-se a compreensão da educação inclusiva na educação profissional e tecnológica e seus materiais que são utilizados pelos professores da área. Os estudos demostram, que é necessário acreditar e realimentar o pensamento de uma escola aberta à diferenciação, à diversidade e à inclusão, em que todos os estudantes possam construir, apropriar-se e compartilhar saberes sem reservas. Enfim, as pesquisas indicaram que, os desafios em relação a educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica estão juntos a uma rede de ressignificação no pensar e no agir, compreendendo a educação das diferenças em que as limitações, não sejam acompanhadas de eventuais estigmas a elas associadas. Mas, que seja percebida como possibilidades de melhorias e ações, em que a escola se configure como espaço de ensino e aprendizagem a todos os envolvidos.

Palavra-chave: Educação; inclusiva; profissional; tecnológica.

ABSTRACT

This article aims to reflect on inclusive education in Professional and Technological Education, taking into account the tensions and challenges that exist in this training scenario. This article also reflects on students with special needs who have their rights established by law. Law No. 9394/96 guaranteed rights to special education. To this end, a bibliographical research was carried out, which included authors such as PAULA (2006). Authors such as: MAZZOTA (2005), MACHADO (2008), OLIVEIRA (2003) contributed greatly to this research. To analyze the content of these works, we relied on the content analysis theory of FERREIRA (1996), particularizing elements such as : purpose, conceptualization and organization of each participation mechanism. The main results obtained are the understanding of inclusive education in professional and technological education and its materials that are used by teachers in the area. The studies demonstrate that it is necessary to believe and feed back the thought of a school open to differentiation, diversity and inclusion, in which all students can build, appropriate and share knowledge without reservation. Finally, research has indicated that the tensions and challenges of inclusive education in Professional Education and Technological are together in a network of resignification in thinking and acting, comprising the education of differences in which limitations are not accompanied by possible stigmas associated with them. But that it is perceived as possibilities for detachments and actions, in which the school is configured as a teaching and learning space for everyone involved.

Keywords: Education; inclusive; professional; technological.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 A importância da educação inclusiva na educação profissional e tecnológica nos dias atuais	10
2.2 Práticas docentes e materiais utilizados no atendimento educacional especializado da educação profissional e tecnológica	11
3. METODOLOGIA DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO.....	14
4. RESULTADOS ESPERADOS.....	15
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
6. REFERÊNCIAS.....	17

1. INTRODUÇÃO

Sabemos que o aluno com necessidades especiais tem seus direitos estabelecidos por lei. A Lei nº 9394/96 garanti os direitos sobre educação especial. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art. 4º, inciso III, diz que é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Ou seja, todos os estudantes com necessidades especiais possuem estes direitos e não é diferente para os alunos na educação profissional e tecnológica, estes também possuem estes mesmos direitos. Incluso no capítulo 5 da LDB 9.394/96 fala somente de aspectos referentes à Educação Especial. Entre os pontos específicos, o art. 58. § 1º diz que, sempre que se fizer necessário haverão serviços de apoio Pedagógico especializado para atender às necessidades específicas de cada aluno com deficiência. Por exemplo, em uma sala de aula pode haver um aluno surdo que necessite de um professor de apoio que saiba LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para auxiliá-lo em todas as disciplinas e conseqüentemente em todas as atividades propostas.

Devido o número enorme de pessoas com necessidades especiais há uma grande importância de uma educação inclusiva na sociedade atual. Pois o aluno na situação citada acima, fica evidente a urgência em se redefinir práticas e quebrar paradigmas, buscando colocar em ação novas alternativas pedagógicas, que favoreçam a todos (MANTOAN,1997).

O objetivo do trabalho é investigar os desafios que existentes na educação inclusiva na perspectiva da educação profissional e tecnológica e investigar sobre variedades de materiais didáticos para que a educação inclusiva aconteça. Este trabalho possui um cunho bibliográfico que tem como norte a educação inclusiva.

Sempre é importante lembrarmos dos direitos da pessoa com deficiência e que a inclusão é lei e de direito. Ter empatia, ou seja se colocar no lugar do outro sabendo que aquele aluno(a) que está sendo incluído precisa ainda mais de ajuda e cuidados específicos para que o mesmo consiga não apenas concluir tal curso, mas que ele tenha um mínimo de compreensão sobre os assuntos pedagógicos existentes no ambiente escolar. O respeito ao conhecimento prévio que o educando (a) possui é de fundamental importância, para que se possa propor, e nunca impor, o que, e como será desenvolvido o trabalho em sala de aula. (Freire, 2002, p. 70).

Segundo Paulo Freire (2001) às condições de exclusão a que são submetidas as classes populares, os oprimidos, denominando de “situações-limite”, que quer dizer: obstáculos que precisam ser vencidos, mas se encontram juntos à vida pessoal e social de cada indivíduo. Segundo o mesmo, a luta sobre estas situações é vista de forma diferente pelos envolvidos neste processo: ou eles as percebem como uma barreira que não podem ou não querem transpor, ou ainda como algo que sabem que existe e que precisa ser quebrado e então se esforçam na sua forma de superação.

A inclusão é necessária como citado anteriormente por questão de termos utilizado a empatia pelo outro e conseqüentemente pela legislação e garantia, principalmente à educação.

A prática da inclusão vem da década de 80, o que diz a Declaração de Salamanca, a Declaração de Salamanca de (1994) mostra a educação inclusiva como uma oportunidade de “reforçar” a ideia de “educação para todos”, como se, entretanto, alunos com deficiência e/ou com outras necessidades educacionais especiais não frequentassem a escola. A Declaração de Salamanca é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial. Adotada em Assembleia Geral, apresenta os Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. Porém, consolidada nos anos 90, segue o modelo social da deficiência, segundo o qual a nossa tarefa consiste em modificar a sociedade (escolas, empresas, programas, serviços, ambientes físicos, etc) para torná-la capaz de acolher todas as pessoas com deficiência, portanto estamos falando de uma sociedade de direito para todos (PAULA, 2006, p. 48).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A importância da educação inclusiva na educação profissional e tecnológica nos dias atuais

A educação inclusiva é um tema muito importante para educação brasileira e mundial, principalmente na perspectiva da educação inclusiva. Em suma, trata-se de um conceito que prega por um ensino mais democrático e inclusivo, cheio de diversidades e riquezas, em que todos os estudantes são bem-vindos.

Afinal, aprender, desenvolver suas capacidades e ser incluído, de fato, na sociedade é um direito de todos. E é dentro deste contexto que a educação inclusiva atua, transformando a escola em um espaço de integração entre o ensino regular e o ensino especial também levando em consideração da educação profissional e tecnológica.

Afinal, seguir com os modelos tradicionais de escolas separadas acaba sendo um retrocesso quando se pensa na melhoria do aprendizado, promoção da diversidade e respeito às diferenças. Ou seja, a escola profissional e tecnológica inclusiva acaba sendo uma forma de melhorar a educação para todos, gerando resultados positivos que impactam vários outros fatores da sociedade principalmente criando meios para que todos possam ter acesso ao mercado de trabalho independente das suas diferenças.

Segundo Mazzotta (2005) esclarece que, de acordo com esses professores, as maiores dificuldades estão na falta de um currículo adaptado, material de apoio especializado e, profissionais qualificados para dar um suporte nesse processo educacional inclusivo na educação profissional técnica.

2.2 Práticas docentes e materiais utilizados no atendimento educacional especializado da educação profissional e tecnológica.

A análise do ensino na EPT na perspectiva da educação inclusiva mostra aspectos específicos dessa modalidade de ensino, em que elementos diversos demarcam diferenças significativas em relação, por exemplo, ao perfil do profissional que atua como docente dos cursos técnicos e profissionalizantes. Na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica geralmente exige-se, nos concursos públicos, a formação em curso de graduação

na área específica do conhecimento em que o professor vai atuar, sendo bastante valorizada a formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Também temos no IFPB o Napne que é um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais dentro da educação profissional e tecnológica, ele surge na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, para viabilizar a inserção e o atendimento dos/as estudantes com necessidades educacionais específicas nos cursos de nível básico, técnico e tecnológico das Instituições Federais de Educação (IFEs), em parceria com os sistemas estaduais e municipais, bem como o segmento comunitário. Ele também corresponde ao núcleo de acessibilidade previsto no Decreto 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado, entre outras providências.

O NAPNE é regulamentado pela Resolução IFPB nº 139 de 02 de outubro de 2015, sendo um órgão consultivo e executivo, de composição multidisciplinar, que responde pelas ações de acompanhamento às pessoas com necessidades educacionais específicas. O Núcleo buscar ofertar ferramentas que possibilitem viabilizar o exercício da cidadania e da inclusão social nos grandes cenários da vida dos/as estudantes com deficiência e/ou com necessidades específicas. Com isso com certeza traz uma inclusão de fato existente onde realmente acontece o ensino/aprendizagem mesmo com as diferenças.

Este núcleo é de extrema importância, pois cumpre o papel de mediação entre os setores internos, os/as docentes e as instituições parceiras, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência e/ou com necessidades específicas, contribuindo para a implantação de políticas de acesso, permanência e conclusão de curso com êxito. Atualmente é composto pela coordenação e pela profissional de psicopedagogia. Pois entende-se que sem este núcleo seria impossível realizar um atendimento com eficácia.

Os recursos didáticos fomentam a motivação da aprendizagem através do fornecimento de informações importantes, orientam a aprendizagem e podem exercitar o desenvolvimento e habilidades, favorecendo uma melhor compreensão do conteúdo a ser estudado e propiciam ambientes de expressão e criação.

Segundo (RAZUCK e GUIMARÃES, 2014) acredita-se que a elaboração de recursos é de extrema importância para inclusão e socialização do aluno cego, com isso os docentes podem utilizar esta prática em sala de aula, sendo um material que pode ser compartilhado por todos os alunos, independentemente de suas características especiais.

Os recursos visuais são os recursos capazes de despertar nos alunos o interesse pelo

que se pretende instruir; através do pensamento visual, dando suporte ao docente no percurso de ensino e da aprendizagem podendo ser os mapas, globos, tabela periódica, muito utilizados em atividades lúdicas como jogos.

Os recursos auditivos podem ser definidos como todos os recursos que por meio do áudio levam ao interlocutor a mensagem pretendida como a música por exemplo. Os audiovisuais são os que se utilizam da percepção auditiva e Visual, ajudando o docente na instrução do ensino como o de softwares educativos, vídeos, filmes e aplicativos.

Os recursos múltiplos são combinações dos recursos citados acima e da possibilidade ao estímulo de todos os sentidos, o diálogo entre os participantes do processo de ensino e aprendizagem. Atividades de informática (realidade virtual 3D, animações, vídeos), teatro, diário virtual coletivo são exemplos desses recursos.

Seleção: Dentre os recursos utilizados pelos alunos que enxergam, muitos podem ser aproveitados para os alunos cegos tais como se apresentam. É o caso dos sólidos geométricos, de alguns jogos e outros. **Adaptação:** Há materiais que, mediante certas alterações, prestam-se para o ensino de alunos cegos e de visão subnormal. Neste caso estão os instrumentos de medir, como o metro, a balança, os mapas de encaixe, os jogos e outros. **Confecção:** A elaboração de materiais simples, tanto quanto possível, deve ser feita com a participação do próprio aluno. É importante ressaltar que materiais de baixo custo ou de fácil obtenção podem ser frequentemente empregados, como: palitos de fósforos, contas, barbantes, cartolinas, botões e outros.

De acordo com Cerqueira e Ferreira (1996), na seleção, modo de adaptação ou confecção de recursos didáticos para alunos com deficiência visual, o docente deve considerar alguns critérios para alcançar a almejada eficiência ao utilizar os recursos, tanto para crianças cegas como para as crianças de visão subnormal, seguem alguns critérios:

Tamanho: os materiais devem ser confeccionados ou selecionados em tamanho adequado às condições dos alunos. Materiais excessivamente pequenos não ressaltam detalhes de suas partes componentes ou perdem-se com facilidade. · **Significação Tátil:** o material precisa possuir um relevo perceptível e, tanto quanto possível, constituir-se de diferentes texturas para melhor destacar as partes componentes. · **Aceitação:** o material não deve provocar rejeição ao manuseio, fato que ocorre com os que ferem ou irritam a pele, provocando reações de desagrado. · **Estimulação Visual:** o material deve ter cores fortes e contrastantes para melhor estimular a visão funcional do aluno com baixa visão. · **Fidelidade:** o material deve ter sua representação tão exata quanto possível do modelo original. · **Facilidade de Manuseio:** os materiais devem ser simples e de manuseio fácil, proporcionando ao aluno uma prática utilização. · **Resistência:** os recursos didáticos devem ser confeccionados com materiais que não se estraguem com facilidade, considerando o frequente manuseio pelos alunos. · **Segurança:** os materiais não

devem oferecer perigo para os educandos. (CERQUEIRA E FERREIRA, 1996).

Mazzotta (2005) mostra que, de acordo com esses docentes, as maiores dificuldades estão na ausência de um currículo adaptado, material de apoio especializado e, profissionais qualificados para dar um suporte nesse processo educacional inclusivo na educação profissional técnica. Desta forma, não há como se programar processos de inclusão que visem oferecer, de fato, uma educação de qualidade, sem efetivos serviços de apoio a prática docente efetuado na Educação Profissional e Tecnológica. Deste modo, pode-se dizer que o ideal de escola inclusiva ainda está longe da realidade esperada.

Estruturas e concepções do passado não devem ser ignoradas ou desprezadas, mas tão pouco deve subsistir de modo viscoso a ponto de impedir o surgimento de novos temas, novas propostas e recursos de ação. Não ficar preso ao passado, mas incorporá-lo na construção do novo, é buscar sólidas alternativas para melhores propostas. (MAZZOTTA, 2005, p. 45).

Segundo MAZZOTA (2005) é de extrema importância, principalmente quando se fala em educação inclusiva, pois quanto mais inovação traz mais possibilidades e adaptações não somente aos alunos, mas sim melhoria de qualidade de trabalho aos docentes.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza bibliográfica com uma abordagem qualitativa e descritiva PAULA (2006). Contribuíram sobremaneira com essa pesquisa, autores como: MAZZOTA (2005), MACHADO (2008), OLIVEIRA (2003). Para a análise do conteúdo dessas obras, contou-se com a teoria de análise de conteúdo de FERREIRA (1996), particularizando elementos como: finalidade, conceituação e organização de cada mecanismo de participação.

Segundo Mazzota (1996) a Educação Especial deu-se em dois períodos, pela natureza e das iniciativas oficiais e privadas. O primeiro período, de 1854 a 1956, compondo um século de iniciativas oficiais e privadas. O segundo período, de 1957 a 1993, marcado pelas iniciativas oficiais de forma nacional, sendo nesse período que a educação especial apareceu na política educacional do Brasil foi no período de 1854 a 1956 que acontece as primeiras iniciativas para atendimento dos deficientes. E eram feitas por pessoas que estavam preocupadas com o desenvolvimento da educação das crianças que apresentavam alguma forma de deficiência. Este envolvimento se deu com alguns governantes, mas não era sua prioridade. Esse empenho contribuiu para que fossem criadas várias instituições para todos os tipos de deficiências. O empreendimento dessas organizações não teve um envolvimento em conjunto, foram isoladas sem a participação do governo federal.

Gil (2002), enfatiza que a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório tem como objetivo proporcionar familiaridade com o problema, tornando-o o mais explícito ou a constituir hipóteses/questionamentos.

Pode-se dizer que estas pesquisas tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou de descoberta/. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. (GIL, 2002, p.41).

A pesquisa bibliográfica está inserida principalmente dentro do meio acadêmico e tem a principal finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas. Neste sentido Andrade (2010, p. 25) afirma que:

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos

realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

A pesquisa bibliográfica estabeleceu o marco teórico a ser discutido, possibilitando uma aproximação conceitual, desenvolvida a partir de uma base teórica pertinente, a partir de referenciais como: PAULA (2006), MAZZOTA (2005), MACHADO (2008), OLIVEIRA (2003), FERREIRA (1996) entre outros. O acervo referenciado oportunizou a obtenção de informações e a construção de conhecimentos que contribuíram de forma significativa para obtenção dos objetivos propostos nesse estudo, permitindo a cobertura do fenômeno, possibilitando, dessa forma, a sua análise e discussão.

4. RESULTADOS ESPERADOS

Procura-se, assim, que a cada dia tenhamos uma educação mais inclusiva ou seja sem fazer nenhuma acepção de pessoas ou colegas. Concorde-se que as pesquisas indicaram que, o processo educacional inclusivo na Educação Profissional e Tecnológica é altamente desafiante mais tanto aqui no Brasil como no mundo, Mas, ainda mais aqui no país onde nossa população é enorme, sendo assim quanto mais pessoas, mais uma população com índices de pessoas com algum tipo de deficiência. Neste modo discute-se intensamente a legitimidade do mesmo, não do ponto de vista legal, pois como tal sua legitimidade já existe desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – 9.394/96. A legitimidade que se discute está atrelada à própria história da evolução do processo inclusivo no Brasil desde a década de 90.

A educação é uma questão de direito de todo ser humano. As pessoas com deficiências têm direito a educação profissional e tecnológica, que por sua vez, precisa rever o seu trabalho pedagógico, através de diálogos e debates, para que aconteça, de forma efetiva, a educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica dos alunos com necessidades educacionais específicas.

Os estudos realizados, mostram que, tradicionalmente, a educação escolar destinada às pessoas que com deficiências era realizada de forma separada daquelas considerados normais. Tal fato decorria, muitas vezes, da percepção que as pessoas tinham sobre deficiência. A deficiência era percebida como doença pelos profissionais da educação assim como, da própria pessoa deficiente que se via como um ser incapaz de aprender como os demais.

Nesse cenário de compreensão da educação escolar, dois sistemas foram formados: regular e o especial, envolvendo pressupostos político-educacionais específicos, e, conseqüentemente alunos diversos. O sistema regular era destinado as pessoas percebidas como normais e, o sistema especial, para as pessoas percebidas como deficientes.

Entretanto, reconheceu-se, com o passar dos anos, que esse modo não conduzia, de forma geral, ao atendimento das necessidades na realidade do aluno com necessidades educacionais específicas. Gradativamente, começou a emergir o reconhecimento da grande importância de uma fusão dos dois sistemas (regular e especial), formando um sistema único capaz de atender todas às necessidades educacionais específicas dos alunos.

5. CONSIDERAÇÕES

As contribuições para a educação inclusiva na educação profissional e tecnológica são muitas, como o fortalecimento do aprendizado ao discente, também abre a mente do discente para o próprio campo de trabalho no futuro, possibilitando ao discente ter uma visão ampla sobre o campo de trabalho, além de mostrar ao estudante as experiências vividas de forma teórica e prática de modo totalmente inclusivo no seu cotidiano de forma bastante expressiva e natural o que contribui também para que o aluno se torne mais capaz e produza um pensamento crítico sobre os diversos assuntos relacionados na educação profissional e tecnológica, sendo assim o estudante sai do curso focado na futura profissão de maneira inclusiva.

A pesquisa realizada permitiu compreender os principais fatos e contradições na proposta pedagógica de inclusão escolar da implementação da educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica obrigatória, de acordo com a legislação vigente nesta área.

Pode-se inferir que, no plano oficial, teve avanço significativo, no sentido da assimilação do paradigma inclusivo, enquanto que as escolas e os sistemas educacionais ainda encontram uma série de limitações para implementar as experiências de inclusão escolar dos estudantes com necessidades educacionais específicas na educação profissional e tecnológica.

Atualmente, há uma determinada ansiedade coletiva entre os profissionais da área, nos diferentes sistemas educacionais, em dialogar intensamente o processo educacional inclusivo questões “como” implementar de forma plausível e possível, o projeto inclusivo nas instituições de educação profissional e tecnológica.

Neste estudo, identificou-se alguns elementos organizadores da prática educativa na perspectiva da inclusão com o objetivo de promover diálogos sobre a implementação e efetivação de um processo educativo inclusivo para todos os alunos, em especial, àqueles com necessidades educacionais específicas na Educação Profissional e Tecnológica.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BRASIL. MEC. Resolução n. 4/2009, de 2 de outubro de 2009. Brasília, DF: Edições Câmara, 2009.

CLÉBIO MELO, **Napne** 2023. Disponível em: [NAPNE — Instituto Federal da Paraíba IFPB](#). Acesso em: 08 de dez. 2023.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, **Canal do educador** 2023. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/educacao-inclusiva.htm> Acesso em: 08 de dez. 2023.

FERREIRA, Elise de Melo Borba; CERQUEIRA, Jonir Bechara. **Recursos didáticos na educação especial**. 1996.

GIL, A. C. **Métodos e Técnica de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Ed. SENAC, 1997. 235p.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: **Histórias e políticas públicas**. SP, Ed. Cortez, 1996.

MAZZOTA, M. J. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.


OLIVEIRA, Fátima Inês Wolf de; BIZ, Vanessa Aparecida; FREIRE, Maisa. Processo de inclusão de alunos deficientes visuais na rede regular de ensino: confecção e utilização de recursos didáticos adaptados. **Núcleo de Ensino/PROGRAD**, p. 445-454, 2003.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001a.

PAULA, Jairo de. **Inclusão mais que um desafio escolar: um desafio social**. 2. ed. São Paulo: J. de Paula, 2006

RAZUCK, Renata Cardoso de Sá Ribeiro; GUIMARÃES, Loraine Borges. O desafio de ensinar modelos atômicos a alunos cegos e o processo de formação de professores. *Revista Educação Especial*, v. 27, n. 48, p. 141-154, 2014.

UNESCO, **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/Salamanca>> Acesso em: 9 dez. 2023.

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
	Campus Cabedelo
	Rua Santa Rita de Cássia, 1900, Jardim Cambinha, CEP 58103-772, Cabedelo (PB)
	CNPJ: 10.783.898/0010-66 - Telefone: (83) 3248.5400

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

TCC

Assunto:	TCC
Assinado por:	Leonardo Santos
Tipo do Documento:	Projeto
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- Leonardo de Sousa Santos, DISCENTE (202227410337) DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - CAMPUS CABEDELLO, em 05/01/2024 10:33:00.

Este documento foi armazenado no SUAP em 05/01/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1046422

Código de Autenticação: 3934930bcf

